

ESPAÇOS PARTICIPATIVOS E O USO DE METODOLOGIAS INTEGRATIVAS PARA EFETIVIDADE DE DIREITOS¹

PARTICIPATORY SPACES AND THE USE OF INTEGRATIVE METHODOLOGIES FOR CITIZEN TRAINING

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo²

RESUMO:

O trabalho expõe o relato de experiência de duas intervenções no campo social utilizando metodologias integrativas como base de ação. Trata-se do Programa Justiça Comunitária, desenvolvido na comunidade de Manguinhos, nos anos de 2012 e 2013, e do Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira, executado nos anos de 2013 e 2014, ambas na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo geral do trabalho apresentado é expor o processo de fomento e criação de espaços participativos em âmbito comunitário e estatal, e a utilização de metodologias integrativas como um instrumento importante para a compreensão do contexto comunitário e para construção de soluções coletivas e efetividade de direitos em nível local. Os resultados a serem apresentados se compõem por um guia de ação sobre o processo de mudança comunitária a partir do uso de metodologias integrativas para a construção coletiva de novos saberes e a sua importância na formulação de políticas públicas participativas com uma perspectiva reflexiva, dialógica e inclusiva. A metodologia do trabalho se baseia em uma pesquisa qualitativa com delineamento bibliográfico, a partir de fontes digitais e impressas de livros, periódicos e documentos públicos, além de dados institucionais estatais e não-governamentais, referentes às experiências apresentadas.

Palavras-chave: espaços participativos; metodologias integrativas; intercâmbio de saberes.

ABSTRACT:

The paper presents the experience report of two interventions in the social field using integrative methodologies as a basis for action. This is the Community Justice Program, developed in the community of Manguinhos, in the years 2012 and 2013, and the Bebel Project - Socioeconomic Inclusion of Women in Praça da Bandeira, executed in 2013 and 2014, both in the city of Rio de Janeiro. The general objective of the work presented is to outline the process of fostering and creating participatory spaces at the community and state level, and the use of integrative methodologies as an important instrument for understanding the community context and for building collective solutions and effective rights in local level. The results to be presented are composed of an action guide on the process of community change from the use of integrative methodologies for the collective construction of new knowledge and its importance in the formulation of participatory public policies with a reflective, dialogic and inclusive perspective. The methodology of the work is based on a qualitative research with a bibliographic delineation, from digital and printed sources of books, periodicals and public documents, as well as state and non-governmental institutional data, referring to the experiences presented.

Keywords: participatory spaces; integrative methodologies; exchange of knowledge.

¹ Artigo selecionado em modalidade Fast Track relativa ao II Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Editoria especial: Magda de Lima Lúcio (UnB), Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN), Fernanda Natasha Bravo Cruz (UnB), Maria Isabel Araújo Rodrigues (FJP), Renata Callaça Gadioli (UnB).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia. Especialista em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos pela Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/ PUC. Membro do Grupo de Pesquisa Paidéia - Laboratório de pesquisa transdisciplinar sobre metodologias integrativas para a educação e gestão social. Fundadora da Ong Gerando Vida. E-mail: dannymedeiro@hotmail.com

1. Introdução

O artigo apresenta o relato de experiência do Programa do Conselho Nacional de Justiça, executado pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e o Instituto Superior de Estudos da Religião – ISER, chamado Programa Justiça Comunitária, desenvolvido na comunidade de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nos anos de 2012 e 2013, e do Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira, realizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, executado por organizações não-governamentais Planet Finance e Projeto Gerando Vida nos anos de 2013 e 2014. Ambas as intervenções sociais, uma executada pelo Estado e outra pela sociedade civil organizada, expõem o uso das metodologias integrativas como instrumento de ampliação da inclusão de populações periféricas, fortalecimento da cidadania social³ e efetividade de direitos.

A estrutura social desigual⁴ que se constitui como traço da sociedade brasileira opera como base para a construção de mundos possíveis, legítimos ou não⁵, que se remete a uma realidade informal, complexa, inacabada e irregular⁶. Fala-se de um espaço social⁷ construído a partir da desigualdade de acesso ao capital, seja ele econômico, cultural ou simbólico (BOURDIEU, 2009), e sob a ausência do Estado quanto à efetividade dos direitos sociais garantidos no artigo 6º pela Constituição Federal de 1988, a saber, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Tendo em vista este contexto, o objetivo geral do trabalho apresentado é expor os processos de criação e intercâmbio de saberes científicos e comunitários em espaços participativos e a utilização de metodologias integrativas como instrumento para maior efetividade e alcance de soluções coletivas em âmbito comunitário. O perfil dos participantes das ações envolvem populações periféricas e historicamente marginalizadas, sendo as mulheres a maioria das participantes. Os passos desenvolvidos se compõem pela compreensão das estruturas sociais desiguais como campo de formação de normas sociais⁸ que podem se confrontar com as normas legais do país. Tais valores coletivos passam a compor o intercâmbio de saberes entre todos os envolvidos nas experiências a serem relatadas, possibilitando um processo de transformações no espaço social e também na trajetória de vida de cada sujeito envolvido nas ações.

A metodologia do trabalho baseia-se na teoria fundamentada que consiste em unir teorias a experiências e dados com o fim de ampliar a compreensão sobre conceitos e proporcionar um guia significativo para a ação. O método utilizado será uma pesquisa bibliográfica realizada a partir dos registros disponíveis em fontes impressas e digitais sobre a temática, além de registros estatísticos referentes a violações de

³ Para além das garantidas de direitos civis e políticos, a cidadania social refere-se a conquista de significativos direitos sociais, no domínio das relações do trabalho, da segurança social, da saúde, da educação e da habitação (SANTOS, 2006).

⁴ De acordo com o Relatório das desigualdades de raça, gênero e classe (2017), além das desigualdades de condições socioeconômicas entre brancos e negros, há também desigualdades de oportunidades renitentes, que impedem os negros de ascenderem socialmente.

⁵ Segundo Bourdieu (1989) a norma jurídica quando consagra regras universalizantes acaba por normatizar uma cultura legítima e passa a considerar todas as práticas diferentes como desviantes, anômicas, e até mesmo anormais, patológicas.

⁶ É a partir de uma articulação complexa que se propõe a construção de uma narrativa mais local, fundamentada em singularidades socioculturais, que evidencia o caráter inacabado do conhecimento, que possibilita enxergar no campo social as irregularidades e contradições do real (NEUBERN, 2000).

⁷ Pode ser compreendido como espaço multidimensional de posições, um campo de forças em que os agentes lutam pela agregação de capitais, em que um conjunto de relações de forças objetivas são impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (BOURDIEU, 2009).

⁸ Conforme Bichieri (2013, p. 1), entende-se por normas sociais: “[...] um padrão de comportamento tal que as pessoas têm uma preferência para seguir esse padrão quando acreditam que muitas das pessoas de sua rede de referência comportam-se desse jeito, muitas pessoas da sua rede de referência acham que pessoas como elas deveriam comportar-se desse jeito”.

direitos, e dos dados institucionais referentes ao Programa Justiça Comunitária (2012-2013) e ao Projeto Bebel – Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira (2013-2014) na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

2. Programa Justiça Comunitária – Um Caminho para o Acesso à Justiça e a Formação Cidadã

Histórico e bases do Programa Justiça Comunitária no Rio de Janeiro

A mediação de conflitos em seu desenvolvimento moderno encontra-se fundamentada em duas raízes, por um lado, o Direito, que põe ênfase em um mecanismo alternativo de litigação judicial (daqui surgiu historicamente uma visão crítica da quantidade de casos judiciais, buscando outras opções para a resolução de conflitos orientada a promover uma maior eficiência dos tribunais), e a segunda corrente inspirada nos movimentos políticos da década de 60, do século XX, que visava um maior controle e participação da cidadania como ferramenta para os processos de tomada de decisões. Esta última corrente influenciou fortemente o desenvolvimento da mediação comunitária. Este movimento tem desenvolvido a ideia de outorgar maior poder para as comunidades na resolução dos conflitos, através de um processo de empoderamento de comunidades na resolução dos seus próprios problemas, da promoção da participação democrática em nível local, assim como a redução da violência e das tensões intergrupais nas comunidades⁹.

Tradicionalmente, a mediação de conflitos prevê um terceiro neutro para resolução de um acordo. Em sua definição clássica é entendida como uma saída negociada com a assistência de um terceiro em meio a um conflito entre duas partes, sejam pessoas, grupos, comunidades, organizações ou países, e neste sentido, encontra-se fundamentada nos princípios de emancipação, deliberação, pedagogia social e participação. Já a mediação comunitária funda-se nas premissas de uma construção da cidadania, do desenvolvimento de capacidades democráticas e autônomas na sociedade. Assim, a mediação comunitária é assumida como um processo que torna possível a troca social através do empoderamento, a educação e a construção de redes sociais nas comunidades. É importante ressaltar que a Mediação não substitui os serviços formais de acesso ou garantia de direitos, é sim complementar e indissociável destes. Tem uma dupla função: estimular e colaborar com o aprimoramento dos serviços públicos de direitos e fomentar e promover as relações comunitárias¹⁰.

O Programa Justiça Comunitária encontra-se pautado nas bases da mediação comunitária. O Programa foi idealizado pela juíza do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Gláucia Falsarella, há mais de 10 anos. O Programa nasceu em 2000 a partir da experiência do Juizado Especial Cível Itinerante do TJDFT, que buscava atender moradores das comunidades do Distrito Federal que tinham dificuldades de acesso à Justiça formal. Nesses dez anos, o Programa se instalou em três regiões administrativas do Distrito Federal: Ceilândia, com 332 mil habitantes, Taguatinga, com 223 mil, e Samambaia, com 147 mil, contando com 60 agentes comunitários capacitados para atuar na mediação de conflitos. Esses agentes compartilham a linguagem e o código de valores da região onde moravam, o que auxiliou bastante o entendimento entre as partes e a resolução amigável do conflito¹¹.

Os núcleos de Justiça Comunitária no Rio de Janeiro tiveram trajetórias muito diferentes devido às especificidades de cada comunidade, mas também às próprias condições de instalação do núcleo. No Rio de Janeiro a iniciativa estava vinculada ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e foi implementado em sete comunidades: Manguinhos, Nova Iguaçu, Complexo do Alemão,

⁹ Guía de Mediación Comunitaria. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU – HABITAT) em copublicación com Universidad Alberto Hurtado de Chile y Instituto de Estudios de la Religión (ISER). Impreso em Chile: 2014.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Foi possível identificar que aproximadamente 80% da demanda do Juizado Itinerante resultava em acordos. Esse dado confirmou que a iniciativa efetivamente rompia obstáculos de acesso à Justiça. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/72122-justica-comunitaria-chega-aos-morros-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 09/10/2017.

São Gonçalo, Borel, Cidade de Deus e Morro da Providência. A composição da equipe técnica era formada por um advogado, um psicólogo, um assistente social, um agente de apoio administrativo, quatro estagiários e trinta mediadores comunitários, que foram contratados através de um processo seletivo. O Programa foi coordenado pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e executado pelo Instituto Superior de Estudos da Religião, foi instalado na comunidade de Manguinhos, zona norte da cidade¹².

Manguinhos encontra-se situado no espaço entre a Avenida Brasil, a Linha Amarela, a Avenida dos Democráticos e a Avenida Dom Elder Câmara (antiga Av. Suburbana). O bairro foi oficialmente reconhecido em seus limites em 1988. O nome vem do fato de ser uma região de mangue, e faz parte da bacia hidrográfica da Baía da Guanabara por onde passam os rios Faria - Timbó, Jacaré e o Canal do Cunha. Manguinhos encontra-se entre as cinco piores situações sociais da cidade, junto com Guaratiba, Rocinha, Jacarezinho, Maré e Complexo do Alemão¹³. O Núcleo do Programa Justiça Comunitária estava localizado na Rua Leopoldo Bulhões, nº 952, em espaço cedido pelo Centro de Cidadania e Desenvolvimento Comunitário da Varginha. Foram cedidas duas salas com mesas, cadeiras, um armário e quadros para aviso, instrumentos que facilitaram o andamento das atividades. A abertura do Núcleo para atendimento à população aconteceu no dia 01 de setembro de 2012. A equipe técnica era formada por Danielle de Araújo (Direito), Flávia de Abreu Lisboa (Psicologia) e Jacqueline Bragança (Serviço Social), os respectivos estagiários por área: Marcela Silva, Mateus Duarte e José Luís Soares, a auxiliar administrativa era Thayani Alves. Os agentes comunitários formavam um total de 27 (vinte e sete) pessoas, sendo 88% de mulheres (cabe ressaltar que houve também a rotatividade dos agentes comunitários durante o projeto). A seleção de agentes comunitários tentou abarcar a diversidade do local seja na idade, raça, profissão, moradia, gênero, religião, com o fim de atuar com uma base de ação representativa. Cabe apontar que as pessoas identificadas como mediadoras são, em grande medida, pessoas envolvidas com processos de desenvolvimento comunitário¹⁸.

A integração da equipe se deu através de capacitações semanais e principalmente no dia-a-dia do Programa, formando um corpo integrado que visava não apenas atendimentos multidisciplinares, mas principalmente a valorização dos encontros com os mediadores comunitários. O maior desafio como equipe era romper com as cadeias do conhecimento disciplinar, a fim de ampliar as possibilidades de se encontrar soluções em um campo ainda desconhecido e de reconhecer/desconstruir premissas culturais e sociais implícitas para que coletivamente fosse possível ressignificar a realidade¹⁴. A diminuição da força dos conhecimentos individualizados e científico²⁰ só foi possível através do intercâmbio de ideias e decisões coletivas que guiavam o grupo, dando então surgimento a novos saberes em conjunto com a comunidade. De acordo com Gianella (2007), o caráter transdisciplinar dos problemas enfrentados acaba por aconselhar uma postura de busca livre para além dos limites disciplinares estabelecidos, buscando abertura para múltiplas formas de representação da realidade.

O espaço aberto entre o saber dos mediadores-técnicos e o saber comunitário foi um fator de rompimento disciplinar proporcionando valiosas chaves para uma intervenção que privilegiasse a interação em detrimento ao tecnicismo do direito. O intercâmbio de saberes com a comunidade possibilitaram novos sentidos a todo processo de dinâmica social porque esteve fundamentado na valorização de todas as partes e nos diversos conhecimentos presentes no território, visando à construção de uma nova realidade. De acordo com o professor Boaventura de Sousa Santos (2007), a ecologia dos saberes tem por fundamento a diversidade de conhecimentos no mundo, não existiria uma unidade de conhecimento.

¹² Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/judiciario/72122-justica-comunitaria-chega-aos-morros-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 16 abr. 2018.

¹³ Disponível em: <http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/>. Acesso em: 16 abr. 2018.

¹⁴ De acordo com Gianella (2007), é preciso entender a insuficiência do objetivismo, e compreender a complexidade e multidimensionalidade do real, a possibilidade de uma visão integrada. É preciso construir coletivamente a direção e o sentido de nossas ações, pois o conhecimento científico não é tido mais, automaticamente, como dono da Verdade e vem recolocado no meio de muitas outras formas de fazer sentido do mundo.

Ora, a beleza do processo de interação social está em compreender os diferentes modos de vida, as normas sociais que regem as relações sociais em determinada coletividade. Fala-se em reconhecer o território, andar e construir com a comunidade de forma horizontalizada, uma perspectiva de direitos humanos¹⁵ em nível local que afeta o global, ressignificando os conceitos e reconstruindo valores comunitários que se comunicam com o corpo social. Para Dornelles (1998, p.10), os direitos humanos podem ser interpretados de acordo com a experiência de cada um. Sendo assim, cada indivíduo em sua trajetória pessoal e coletiva coleciona experiências e saberes a serem compartilhados e refletidos em comunidade com grande potencial para a superação de desafios locais e agregação de competências para o desenvolvimento social em níveis mais amplos.

O importante nesta dinâmica é fomentar/construir um espaço participativo, que privilegie um saber comprometido com a transformação social, que seja pautado na capacidade dialógica, atenta aos contextos e na dimensão estrutural e gerativa do conflito, na capacidade inclusiva, que englobe a multiplicidade e o contraditório de valores, paixões, desejos, visões de futuros do sujeito real, e na capacidade reflexiva, que tende a unir a razão e a emoção (GIANNELLA, 2007). Desta forma, o Centro de Mediação, ao mesmo tempo em que assume uma opção de manter processos locais, afirmando práticas identitárias de determinado território ou segmento, tem o desafio igualmente relevante de estimular a contradição e o questionamento destas práticas. Busca manejar as ansiedades, tensões, expectativas e contradições, que são parte importante de sua ação, e questiona as respostas tradicionais que conduzem a soluções naturalizadas, sem deixar com isso de reconhecer a cultura local. A equipe de Mediação Comunitária tem como uma de suas motivações centrais o fortalecer, reconstruir ou criar relações positivas e saudáveis entre os integrantes de uma comunidade, fortalecendo uma boa convivência, dando vigor as redes e as comunidades, e as relações entre estas, transformando-se em um tecelão de boas relações entre pessoas e grupos¹⁶.

Para que a criação deste espaço fosse possível no Programa foram utilizadas as metodologias integrativas (MI), que se identificam como importantes técnicas e métodos, norteados pela busca de uma recomposição entre a mente e o corpo, compreendendo e valorizando as histórias de vidas, valorizando o ser humano como um sujeito integral. Os objetivos do uso destas metodologias se perfazem em escutar ativamente, equalizar participativamente e mediar efetivamente vozes e pensamentos distintos, entretanto comuns, quanto à missão de transformar o social (GIANNELLA e TAVARES, 2011). Para tanto, esta ampla família de metodologias visa à produção conjunta de conhecimento, a solução participativa de problemas sociais fazendo uso de recursos como teatro, dança, fotografia, música e outras, instrumentos que despertam a sensibilidade, auxiliam na compreensão da realidade, e abrem portas para muitos sujeitos normalmente excluídos pelos códigos lógico-verbais dominantes na esfera pública (GIANNELLA, 2007).

Metodologias integrativas para a formação cidadã

No Programa Justiça Comunitária de Manguinhos, os casos individuais eram distribuídos por especialidades, mas uma vez realizado o primeiro atendimento, os assuntos eram levados para o grupo de técnicos e estagiários para a discussão coletiva e direcionamentos e encaminhamentos necessários, salvo em casos que demandavam apenas informação. Mas, o corpo técnico não se via como um mediador imparcial, e sim a partir de uma perspectiva de mediação narrativa que prevê a função do mediador como aquela que não somente assiste as partes na busca de acordos, mas sim como um ator que intervêm na geração de novos significados, novas narrativas e novos espaços sociais de poder¹⁷.

Os encontros semanais com os agentes comunitários revelaram trocas, a escuta, o compartilhamento de

¹⁵ Segundo Santos (1997), o multiculturalismo seria uma pré-condição de uma relação equilibrada e mutuamente potenciadora entre a competência global e a legitimidade local, que constituem os dois atributos de uma política contra-hegemônica de direitos humanos no nosso tempo.

¹⁶ Guía de Mediación Comunitaria. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU – HABITAT) em copublicación com Universidad Alberto Hurtado de Chile y Instituto de Estudios de la Religión (ISER). Impreso em Chile: 2014.

¹⁷ Ibid.

problemas, a solução conjunta de estratégias para a resolução de conflitos, desafios e vitórias, experiências que foram paulatinamente construindo um universo novo para todos, de conhecimentos, saberes, valorização e crescimento. De acordo com Gianella (2009, p.13), busca-se em um processo de construção coletiva o “resgate profundo da integralidade do humano em nossos processos e numa possibilidade mais apurada de inclusão dos que não têm saber codificado nas formas convencionais (o que não significa que não tenham saber ou sabedoria)”.

Algumas experiências vivenciadas pela equipe técnica, agentes comunitários e comunidade:

- a) Mapeamento territorial: Ação associada a um trabalho de pesquisa (Laboratório Territorial de Manguinhos, projeto de pesquisa da Fiocruz) sobre a história e principais características de cada uma das comunidades de Manguinhos. No dia 09 de agosto de 2012 foi realizado um encontro com os agentes e proposta a atividade Cartografando Territórios, com a construção, pelos agentes, de um mapa do complexo de Manguinhos, como forma de visualização do território como um todo e como compartilhamento dos (re)conhecimentos de cada um dos agentes com o espaço territorial em que viviam. As atividades principais da dinâmica foram essa cartografia, com divisão das comunidades e das instituições localizadas em cada comunidade. Durante a atividade os agentes comunitários puderam contar um pouco de suas histórias de vida, como chegaram até a comunidade, os principais eventos (enchentes, tiroteios, etc), as dificuldades no acesso aos serviços públicos, a solidariedade entre os moradores, a fé, a prisão ou perda de entes queridos envolvidos com o tráfico de drogas. Uma dinâmica social que foi possível começar a conhecer nas falas e na vivência.
- b) Nos dias 23, 27 e 29 de agosto de 2012 foram realizados outros encontros com os agentes comunitários. Foram discutidos temas importantes sobre um trabalho em comunidade. No primeiro desses encontros foi realizada atividade sobre a temática identidade, com a finalidade de abordar a questão das identidades “Favelado” x “Morador de Comunidade”. Também foi realizado um debate sobre esse tema a partir de trechos e frases do artigo intitulado Favela, bairro ou comunidade? quando uma política urbana se torna uma política de significados, de Leticia de Luna Freire. O ponto mais discutido pelos agentes comunitários foi como os moradores se sentiam excluídos e marginalizados em relação ao restante da cidade (foram citadas discriminações nos serviços públicos e em processos seletivos para vagas de emprego), ao mesmo tempo em conjunto, se sentiam como um corpo, com uma identidade que precisava ser reconhecida pelo Estado. A atividade do dia 27 de agosto tinha como proposta fazer uma discussão sobre um trabalho em equipe, sobre a formação de um grupo de trabalho do Justiça Comunitária. Iniciou-se com uma atividade que visava trabalhar a noção de grupo, utilizando um barbante que, formando uma rede, conectava todos os membros da equipe. Em seguida, construiu-se em conjunto, de maneira coletiva, as regras de funcionamento do projeto e equipe, que fora chamado de Constituição Social. O último desses encontros, dia 29 de agosto, foi abordado com os agentes comunitários pontos importantes para uma abordagem de pessoas nas ruas como forma de divulgação do Projeto. Iniciou-se o encontro passando um documentário sobre a história de Manguinhos, trazido por uma das agentes, o material era intitulado Pessoas, Lugares e Histórias. Em seguida foi feita uma espécie de “Teatro do Oprimido”, montando uma cena de abordagem onde estariam presentes um agente comunitário e outro personagem. O grupo escolheu a criação de um personagem que figurava uma mãe que andava pela rua e era abordada por uma agente comunitária. Diferentes conversas e situações iam surgindo das abordagens, que se alternavam entre os participantes. A partir do que foi surgindo, a cena era congelada e realizada uma problematização.
- c) Em setembro de 2012 foram realizadas atividades lúdicas com duas turmas da Escola Centro Integrado de Educação Pública - CIEP Juscelino Kubitschek, de 6º e 7º ano do Ensino Fundamental. A ação versou sobre conflito e violência, já que a agressividade entre os alunos foi um problema levantado pela gestão escolar. Através de jogos de perguntas e respostas sobre temas cotidianos e locais foi possível identificar as principais referências da turma (em geral as principais lideranças já

estavam envolvidas com o tráfico de drogas na região e dois adolescentes estavam cumprindo medidas socioeducativas) e acompanhar de forma a influenciá-los positivamente através da educação, com vistas a torná-los potenciais multiplicadores para o restante da turma (o acompanhamento foi possível porque um dos agentes comunitários trabalhava na Escola em questão). Os alunos tiveram a oportunidade de realizar um passeio ao ponto turístico Pão de Açúcar, o objetivo era propiciar outras experiências e efetivar o acesso à cidade (já que a maioria ainda não conhecia o local). No mesmo mês foi realizada uma visita dos agentes comunitários ao Jardim Sensorial, no Jardim Botânico, com dois objetivos principais: possibilitar que os moradores de Manguinhos tivessem vivência de outros espaços da cidade dos quais estão “excluídos”, e permitir o debate sobre acessibilidade, mobilidade e cidadania.

- d) No mês de outubro de 2012 foi feita a exibição do filme “Sonhos Roubados”, com debate sobre violência contra a mulher, ação em parceria com a Casa da Mulher de Manguinhos. O encontro rendeu impressionantes histórias de uma população que já convive com muitas formas de violência, e denúncias de um aparato policial que desestimula a notícia de crime e não garante as medidas protetivas necessárias para assegurar a integridade física da mulher. O Núcleo pode, em algumas ocasiões, contatar diretamente a Delegacia de Polícia solicitando que os trâmites processuais devidos fossem seguidos pela instituição. Ainda em outubro de 2012 aconteceu a Feira Social, um espaço em que técnicos, agentes e comunidade puderam expor suas produções culturais: poesia, teatro, pintura, documentário, material de decoração feito com material reciclado, música, artesanato, alimentação, entre outros. No evento, a agente comunitária Maria do Socorro, de 70 anos, enunciou o seguinte repente:

Meu Deus, porque o pobre é tão desprezado? Ninguém me compreende, já não entendo nada. E se passo pela rua todos olham para mim. Com olhar indiferente como se eu não fosse gente. Meu Deus, tenha compaixão de mim! O pobre é tratado com preconceito e desdém. Tem que andar elegante para ser tratado bem. Mas como os grandes só andam de beca boa. O pobre elege ele. E ele deixa o pobre atoa. Todo ano comemora o dia da libertação. Eu só vejo preto e pobre na pior escravidão. Pra ganhar meio salário ele corre que só cão. E se vai para o mercado não dá nem para o feijão. Compra o sabão, compra o gás, e a carne? Nem se fala e o pobre vem para casa chega vim cuspidando bala. E o pobre passa fome. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

- e) No mês de novembro de 2012 foram realizadas discussões sobre assuntos de interesse local, como: conflitos nas comunidades, direitos das crianças e adolescentes, descarte de lixo, violência. Os textos bases foram a leitura e debate de Lagartas e Borboletas e Corpo sem Asas, de Rubens Alves. A partir destas reflexões e histórias reais, diversas atividades foram desenvolvidas para a construção do projeto “Manguinhos, a caminho de uma nova realidade”, que buscava retratar a atual realidade de Manguinhos numa conjuntura de grandes mudanças, pelo olhar dos próprios agentes, a construção do material contou com imagens, fotografias e palavras recortadas de jornais ou revistas. Importante ressaltar, como a violência (com recorte para prisões ou mortes) era uma realidade muito próxima de todos, seja em razão do envolvimento direto da família com a venda de drogas ou mesmo de parentes, amigos ou conhecidos. A fé era algo que unia também os agentes (a maioria professava o credo cristão, eram evangélicos). A força espiritual os fortalecia para passar os desafios diários de insegurança quanto a prisões ou mortes ou tiroteios no local. Aquilo que o Estado não efetivava através de políticas públicas, era delegado para o universo espiritual (a segurança do lar e dos filhos, a provisão de recursos básicos e até o acesso a vagas de empregos). Falar de violência em um espaço alvo de tantas violências, era um grande desafio para uma equipe que começava a conhecer a dominação que se operava nos corpos, nos gestos e na própria autoimagem dos agentes (FOUCAULT, 1999). A violência era uma questão de desigualdade e exclusão social, racismo e seletividade.

- f) Em março de 2013 foi realizado um Balcão de Empregabilidade: ação social com a empresa ALLIs para encaminhamento de jovens e adultos, de 16 a 35 anos para vagas de emprego, e encaminhamento de jovens entre 16 e 23 anos para a empresa ISBET – Instituto Brasileiro pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento, através dos programas de estágio de estudantes, de jovem aprendiz e trainee. No mesmo mês, os agentes comunitários trabalharam na produção e edição do documentário sobre o Justiça Comunitária, com a participação e importante contribuição da voluntária francesa Gabrielle Gartmant.

A importância de se criar e/ou fomentar um espaço participativo dentro de um Programa estatal tem o potencial de propiciar resultados positivos para além dos objetivos gerais e específicos delineados por um corpo técnico, além disso, supera a frieza de metas definidas *a priori* sem que muitas vezes estejam alinhadas com as demandas locais, valoriza a dignidade, fortalece a cidadania social e instrumentaliza os grupos excluídos para luta pelos direitos. Os resultados destas iniciativas foram, dentre outros, a abertura de um espaço que compreendesse o sujeito integral, para além do estigma e da exclusão social, um caminho que efetivamente propiciou acesso a novos conhecimentos e novas possibilidades de reconstrução da realidade. Agregar as metodologias integrativas ao processo de capacitação da equipe técnica e agentes comunitários fortaleceu a apreensão dos princípios da mediação comunitária, facilitando assim a sua aplicação no campo prático. A mediação tem evoluído com os aportes de múltiplas disciplinas. As técnicas de comunicação intergrupar, o uso de metodologias de facilitação de grupo, de diálogo e abertura de novas formas de interação têm estado fundadas em vários métodos desenvolvidos durante as últimas décadas¹⁸. O Programa permitiu a riqueza de histórias valiosas de pessoas que buscam o reconhecimento de sua dignidade. Ora, foi o trabalhar o sujeito integral, associado aos princípios da mediação e dos direitos humanos, que não só ampliaram os caminhos para o acesso à justiça, mas também possibilitaram oportunidades para o desenvolvimento pessoal, profissional e comunitário.

3. Projeto Bebel: Inclusão Socioeconômica de Mulheres na Praça da Bandeira – Rio de Janeiro

Histórico e bases do Projeto Social na Praça da Bandeira - Rio de Janeiro

A Ong Gerando Vida é uma associação civil sem fins lucrativos, que atua desde 2008 com a missão de desenvolver projetos sociais que auxiliem na inclusão socioeconômica de mulheres, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro e Bahia¹⁹. As principais temáticas da instituição estão relacionadas à prevenção da violência contra infante-juvenil, o tráfico de pessoas e o trabalho infantil. Os projetos sociais são desenvolvidos nos bairros Praça da Bandeira, Rio de Janeiro – RJ e Alecrim II, Eunápolis, Bahia, em parceria com o curso de Psicologia da Universidade UNISUAM, a partir dos seguintes eixos estratégicos: 1) Educação (incentivo à leitura, reforço escolar, profissionalização, alfabetização de adultos e empreendedorismo), 2) Gênero (atividades de prevenção à exploração sexual e tráfico de pessoas, palestras informativas), 3) Desenvolvimento Local (capacitação de lideranças comunitárias, palestras informativas).

O fomento à criação de espaços participativos perpassa todos os projetos da instituição: 1) Escola de Gestão Comunitária - um espaço de intercâmbio em que os saberes e conhecimentos são utilizados para produzir melhor qualidade de vida para a comunidade. Tanto educadores e palestrantes como alunos são incentivados a compartilharem seus conhecimentos para a construção de saberes coletivos que impulsionem mudanças sociais concretas (2012-2016); 2) Projeto Bebel – financiado pela Comissão Europeia, atendeu 150 mulheres em oficinas de gestão empresarial, educativas e profissionalização (2013-2015); 3) Projeto de Prevenção ao Tráfico de Pessoas na Praça da Bandeira - financiado pelo Ministério da Justiça e UNODC (Agência da ONU para crimes internacionais), que executou atividades de

¹⁸ Guía de Mediación Comunitaria. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU – HABITAT) em copublicación com Universidad Alberto Hurtado de Chile y Instituto de Estudios de la Religión (ISER). Impreso em Chile: 2014.

¹⁹ Instituição fundada pela autora. Apresentação institucional disponível em: http://brazil-entreprendre-au-feminin.tv5monde.com/#Danielle_-_Fondatrice_de_Gerando_Vida. Acesso em:

capacitação de 10 (dez) lideranças, oficinas para 30 (trinta) meninas, palestras informativas e ações de prevenção na temática atingindo mais de 3.000 (três mil) mulheres (2014); 4) Projeto Crescer Crescer: Proteção Integral às Crianças e Adolescentes - Proteção Integral de Crianças e Adolescentes na Praça da Bandeira (RJ), ano de 2014, financiado pela Fundação Luterana de Diaconia, o projeto realizou oficinas de leitura, corpo e sociedade, música e prevenção à exploração sexual com 30 (trinta) crianças da região da Praça da Bandeira, além do acompanhamento social das famílias (2014); e Projeto Mais Nordeste: Mais Educação, Cultura e Direitos - atende 50 (cinquenta) crianças e adolescentes na cidade de Eunápolis Bahia, através de atividades de incentivo à leitura, reforço escolar, atividades artísticas e culturais e ações comunitárias informativas sobre direitos humanos (2015-2017). Durante a execução dos projetos, espaços participativos foram abertos através da criação de grupos de trabalho que tinham como foco a participação de lideranças ou referências comunitárias com o fim de se discutir assuntos de interesse comum e definir diretrizes conjuntas para os principais desafios comunitários.

O Projeto Bebel - Inclusão Socioeconômica de Mulheres da Praça da Bandeira – RJ, realizado nos anos de 2013 a 2014, foi financiado pela Comissão Europeia e executado pela ONG Gerando Vida em parceria com a instituição francesa Planet Finance. Atendeu 150 (cento e cinquenta) mulheres em situação de vulnerabilidade social através de atividades como gestão empresarial, alfabetização de adultos, cursos de idiomas, profissionalização, além de acompanhamento social, jurídico e psicológico. Foram selecionadas cinco mulheres com o perfil comunitário²⁰, que nasceram ou realizavam atividades comunitárias no local, para atuar como agentes multiplicadoras dentro da comunidade. Elas foram selecionadas no início do Projeto na capacidade de se tornarem agentes multiplicadoras para outras mulheres. Elas receberam formações desde o início do Projeto sobre temas variados: violência contra a mulher e as opções de enfrentamento, doenças mais comuns nas mulheres, saber lidar com um público idoso, proteção das crianças e adolescentes, mediações de conflitos, etc. Todas as cinco embaixadoras evoluíram muito durante os dois anos do Projeto, aproveitando essa primeira experiência de trabalho formal como uma oportunidade para se capacitar e adquirir competências profissionais.

O Projeto Bebel teve início no dia 1º de março de 2013. Logo em seguida foi organizado um evento de lançamento do Projeto, junto com os parceiros. A iniciativa contou com a presença da Subsecretária de Direitos Humanos, Andreia Sepúlveda, da Coordenadora do curso de Psicologia da Universidade UNISUAM, Maria Angélica Gabriel, da Superintendente da Secretaria de Política para as Mulheres, Fabiana Santos e demais parceiros locais, além da imprensa. Em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e a Universidade UNISUAM, nos meses de abril e maio de 2013 foi elaborado o questionário individual e institucional, LSE - Levantamento Socioeconômico²¹, que foi aplicado a 200 (duzentas) mulheres e instituições da Praça da Bandeira. O material contou com o auxílio das embaixadoras do Projeto, que, posteriormente foram capacitadas para a aplicação, que aconteceu no mês de junho de 2013. O produto final do LSE foi apresentado ao público no dia 24 de outubro de 2013 na Semana de Extensão do CEFET, no bairro Maracanã, e foi publicado na Revista Conexões PSI do Departamento de Psicologia da Universidade UNISUAM²².

O Projeto possibilitou um espaço aberto para a realização de Grupo de Trabalho onde as mulheres podiam discutir assuntos de interesse local e construir soluções coletivas, por exemplo, nas áreas de moradia, segurança e transporte. O processo de aprendizagem potencializou a multiplicação dos saberes. São

²⁰ Idades 21, 27, 39, 40 e 56 anos. Raça: três mulheres negras e duas brancas. Contexto: histórico de violência doméstica, abuso sexual na infância, tráfico de pessoas, discriminação racial, desemprego.

²¹ Um levantamento quantitativo e qualitativo no campo foi realizado para fazer um inventário da situação atual. Foram usados vários métodos apropriados para cobrir de forma abrangente os diversos aspectos e atores do tema: pesquisa face a face, entrevistas individuais e grupos de foco. A partir deste estudo foram analisadas as condições de vida e as necessidades do público alvo, sua situação frente ao emprego e seu nível de formação. A partir das necessidades detectadas, foi elaborada uma estratégia de capacitação.

²² Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/viewFile/294/399>. Acesso em: 17 abr. 2018.

nessas atividades que acontece a construção do conhecimento em educação popular e o processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania democrática como foco central²³. Expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam a todos/as aqueles/las que integram processos participativos²⁴. A construção de um conhecimento em direitos humanos que alcance efetivamente seus destinatários precisa nascer do interior da sociedade e abarcar todas as formas de saber e experiências de vida de cada indivíduo em sua trajetória pessoal e comunitária. Além disso, segundo Patemam (1992), a participação produziria maior integração social, na medida em que gera um sentimento de pertencimento de cada cidadão isolado à sua comunidade. Todos podem e devem contribuir na identificação dos valores e cultura locais e na aprendizagem e apreensão de novos valores para o fortalecimento da rede de garantias dos direitos humanos. De acordo com Paulo Freire (2007, p.30):

Porque não aproveitar a experiência dos alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes?

São nestes espaços que é possível conhecer mais do que as histórias extraordinárias de mulheres comuns, os desafios, as desigualdades, e, ao transformar o sofrimento em luta, instrumentalizar o corpo social para satisfação dos objetivos comuns. É neste universo de construção de conhecimentos, aprendizagem e replicação que os grupos sociais são fortalecidos para coletivamente enfrentarem seus desafios, reparando violações de direitos e concomitantemente criando novas bases para a promoção e garantias fundamentais em seu espaço comunitário. Para Giannella (2007, p.1), “racionalidade e conhecimento científico já não pode aspirar excluir outras formas possíveis e a busca de nova legitimidade está exatamente na capacidade que elas terão em dialogar entre pares com outras razões e saberes”.

Na esfera das políticas públicas o Projeto discutiu o Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas²⁵ no Comitê Estadual de Enfrentamento a Tráfico de Pessoas da SEASDH, além de participar de eventos como Conferência Municipal de Direitos Humanos, Conferência Estadual de Migração e Refúgio, e o evento internacional Gift Box Brasil (2014). A criação de um Grupo de Trabalho sobre os direitos humanos das mulheres da comunidade da Praça da Bandeira foi um ponto de partida importante e vital para a estruturação de um Projeto de luta contra o Tráfico de Pessoas. Foi uma oportunidade de envolver os parceiros do setor público e privado, as associações e as organizações do terceiro setor em um Projeto permitindo a redução da exclusão e da pobreza. Este Grupo de Trabalho foi um fórum e a voz das mulheres da comunidade da Praça da Bandeira para o cumprimento dos direitos humanos.

Nos meses de agosto e novembro de 2013 começaram as turmas de Gestão Empresarial para mulheres empreendedoras. Os cursos tiveram o objetivo de capacitar mulheres na gestão e inicialização de um pequeno negócio, além de impulsionar as mulheres da região a acreditarem em seu potencial de mudança e crescimento mesmo em situações adversas. Os cursos certificaram 39 mulheres que seguiram com o acompanhamento personalizado das embaixadoras até o final do Projeto. Concomitante aos cursos, foram realizados encontros de grupos de reflexão coordenados por psicólogos da Universidade UNISUAM para desenvolver as habilidades sociais das alunas dos cursos. O Projeto também ofereceu para as mulheres serviços que possibilitassem a satisfação das suas necessidades básicas como atendimento para

²³ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação. Ministério da Justiça. UNESCO. 2008.

²⁴ Participação Social na Administração Pública Federal. Projeto Apoio a Diálogos Setoriais União Europeia- Brasil. Relatório Participação Social na Administração Pública Federal: Desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/participacao%20social%20na%20administracao%20publica%20federal.pdf>. Acesso: 17 abr. 2018.

²⁵ O Plano Estadual de Enfrentamento ao tráfico de pessoas foi publicado no dia 4 de Junho 2014. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/71414637/doi-erj-poder-executivo-05-06-2014-pg-2>. Acesso em: 18 abr. 2018.

inscrição no Programa Minha Casa Minha Vida, encaminhamentos para os obtenção de benefícios da Previdência Social junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, inscrição em programas sociais junto ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Defensoria Pública, e serviços como oftalmologia e ginecologia. Em janeiro de 2014 teve início o curso de alfabetização/letramento de adultos, com o intuito de incentivar o aumento da escolaridade e autoestima das mulheres.

Metodologias integrativas e os passos para a efetividade de direitos

No Projeto Bebel, alguns passos importantes foram seguidos para o alcance de resultados exitosos (não se fala em linearidade, mas de marcos fundamentais no processo):

- a) Divulgação do espaço físico e mobilização das lideranças e referências locais com foco em mulheres (pessoas-chave que atuam ou podem atuar como agentes locais de transformação);
- b) Realização de encontros que tinham como ponto primordial a questão da autoestima e auto-eficácia das participantes. Estes momentos eram direcionados por psicólogos e estudantes de psicologia da Universidade UNISUAM, coordenados pela professora Maria Angélica Gabriel. A importância deste momento foi a compreensão do contexto comunitário e a identificação de normas sociais que envolviam a violência como tráfico de drogas, violência doméstica, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho infantil, por exemplo, e nestes momentos as histórias de violência e superação vinham a tona carregadas de muita emoção e de força para lutar por uma transformação social na localidade.
- c) Com o início do Grupo de Trabalho o próprio grupo é quem decidia os temas prioritários, definia as reais necessidades e carências locais, elencava os desafios. Todos tinham a oportunidade de falar, de se expressar com mais abertura e naturalidade por tratar-se de um encontro com pares e os atores externos já faziam parte do contexto local a partir de intervenções continuadas. Alguns temas elencados foram: Direitos Humanos, Direitos das Mulheres, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Direito de Moradia, Direito da Criança e do Adolescente;
- d) Definidos os temas prioritários para a comunidade, uma das lideranças se responsabilizava em montar a agenda de discussões e a equipe do projeto em articular encontros com especialistas nas temáticas a fim de se propiciar trocas e saberes que iriam instrumentalizar o grupo;
- e) Especialistas, setores do Estado, outras organizações não-governamentais e universidades foram convidadas para informar, debater e indicar caminhos para a resolução dos conflitos comunitários. Estes encontros foram sempre produtivos, pois a comunidade com acesso aos seus direitos se fortalecia para buscar mudanças e cobrar do Estado políticas públicas localizadas;
- f) Diferentes instrumentos e ações resultaram desses encontros: ofícios aos órgãos públicos, agendamento de reunião com agentes públicos; eventos externos de divulgação de direitos para a população, feiras e bazares para mobilização de recursos que seriam utilizados no desenvolvimento de projetos sociais, elaboração de projetos socioambientais e encaminhamento de pedidos financeiros para parcerias;
- g) É importante ressaltar que o protagonismo era do grupo, contando sempre com auxílio da equipe do projeto e da Universidade para auxílio em uma escrita mais técnica, a localização legal dos direitos, auxílio na identificação e localização dos setores públicos a serem procurados, assistência em uma estruturação de uma reunião ou evento.

No Quadro 1 é possível visualizar os principais temas tratados durante o projeto, a identificação dos problemas locais, as estratégias coletivas e as atividades elencadas para a resolução da questão, os passos que foram realizados e os resultados parciais e finais.

Quadro 1 - Ações do Grupo de Trabalho do Projeto Bebel - Inclusão Socioeconômica de Mulheres da Praça da Bandeira - RJ

	Questões	Metas	Atividades Previstas	Atividades Realizadas	Resultados
Transporte	Falta de sinalização causa risco de acidentes para adultos e crianças. Em 2013, um adulto morreu atropelado em frente à instituição.	Pesquisar e entrar em contato com a Secretaria Municipal de Transporte.	Elaborar abaixo-assinado e recolher assinatura da população para melhoria da sinalização.	Protocolo de pedido de instalação de sinalização realizado na Secretaria de Transportes.	A Secretaria não respondeu ao protocolo. O GT redigiu nova carta e deu abertura a novo protocolo.
Moradia	Presença de moradias precárias e insalubres com a presença de crianças. Existia um número de 13 crianças e adolescentes residentes dentro do centro de prostituição de São Cristóvão.	Realizar encaminhamento para o Centro de Assistência Social – CRAS, com a finalidade de inserção das famílias no Programa Minha Casa Minha Vida.	Enviar carta denúncia ao Conselho Tutelar e Secretaria Municipal de Educação. Informar a Defesa Civil.	A assistente social do projeto conseguiu realizar encaminhamento direto ao Programa. Carta denúncia enviada aos órgãos competentes.	A Secretaria Municipal de Habitação respondeu ao protocolo aberto e inseriu as famílias com prioridade no Programa Habitacional. O resultado está em aberto. O Conselho Tutelar realizou ações na região em parceria com o Projeto. A Defesa Civil não respondeu ao protocolo de abertura.
Infância e Adolescência	Ausência de atividades culturais e medidas de proteção à violência.	Oferecer atividades culturais. Oportunizar palestras informativas sobre a temática. Cobrar das autoridades competentes a implementação de atividades culturais na região.	Encaminhamento de projetos culturais para financiamento. Planejamento de palestras informativas mensais. Participação em espaços deliberativos que tratem da temática.	Envio de projetos culturais para captação de recursos. Elaboração de um plano de palestras informativas. Inserção de agentes comunitários no Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do RJ e Comitê Municipal de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes.	Projeto Crescer Crescer: Proteção Integral de crianças e adolescentes aprovado pela Fundação Luterana de Diaconia para realizar atividades culturais em 2014. Execução de palestras informativas mensais com ajuda de parceiros como OAB, Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, ONG Projeto Legal. As questões sobre infância e adolescência foram expostas nos espaços deliberativos.

Saúde	Falta de acesso à informação sobre saúde da mulher. Dificuldades de marcação de consultas no Posto da Família.	Articular parcerias para ofertar oficinas informativas sobre saúde. Facilitar contato entre população e posto de saúde local.	Elaborar planejamento e convite para palestrantes sobre área de saúde da mulher. Entrar em contato com o responsável do posto de saúde local para marcar uma reunião.	Atividades informativas foram realizadas sobre saúde da mulher, acesso a oftalmologista, ginecologista. Oficina do Cuidado em Outubro de 2013. Palestra sobre prevenção ao câncer de mama, no Outubro Rosa, 2013.	Conscientização das mulheres sobre prevenção de doenças. Aguardando resposta do Posto de Saúde local sobre demandas encaminhadas pela população.
Saneamento Básico	Falta de container para colocar lixo na Rua Hilário Ribeiro.	Abrir espaço para discussão local sobre coleta de lixo e encaminhar a resolução para órgãos competentes locais.	Entrar em contato com a COMLURB – RJ.	Envio de ofício para a COMLURB.	Em aberto.

Fonte: Ong Gerando Vida, 2014

O que se pretende evidenciar, para além dos resultados parciais e finais do Grupo de Trabalho, é a importância de se fomentar/criar espaços participativos para o fortalecimento da cidadania e a busca pela efetividade dos direitos. O objetivo é realçar os resultados comunitários advindos destes encontros: 1) o processo de reflexão institucional e comunitário para compreender o fenômeno social da exploração sexual infanto-juvenil e o trabalho precoce, como uma questão holística e como uma norma social fundamentada nas bases da desigualdade social; 2) a capacitação para que as lideranças comunitárias pudessem elaborar projetos sociais, ambientais, educativos e culturais participativos, que tivessem por base a cooperação e integração da família, Estado e sociedade; 3) a formação de agentes locais de transformação para a multiplicação de saberes pautados em diretrizes humanitárias; 4) a capacitação e participação das lideranças comunitárias em outros espaços de discussão como redes comunitárias²⁶ e comitês²⁷ que deliberassem sobre o planejamento e execução das políticas públicas. Todo este processo foi fomentado em nível local buscando-se mudanças sociais concretas e com foco no sujeito integral.

4. Ponderações Finais

A apresentação sobre o uso das metodologias integrativas em espaços participativos que privilegia as trocas de saberes e conhecimentos em comunidades periféricas pode ser um sinalizador para se refletir sobre novas estratégias que possibilitem uma melhor efetividade dos direitos. Mesmo diante de tantas demandas sociais para que se efetive uma real diminuição das desigualdades sociais nos contextos locais onde se encontram populações excluídas socialmente, o reconhecimento do outro como um mundo

²⁶ Metrô RJ, Rede do Bem, ASPLANDE, Rede Grade Tijuca, Rede Sesc Tijuca, que são compostas por organizações públicas e privadas que desenvolvam projetos socioambientais. Nestes espaços acontecem capacitação, informação e trocas entre as instituições.

²⁷ Conselho Municipal da Criança e do Adolescente- RJ, Conselho Estadual de Assistência Social – RJ, Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoa Trabalho Escravo (RJ e BA), Comitê Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (Eunápolis – BA).

possível e como um sujeito de valores e saberes pode ser um primeiro passo importante na reconstrução de uma dignidade marcada pela estigmatização, ressignificações e reflexões críticas sobre a realidade periférica. As metodologias integrativas, neste processo, podem ser um instrumento fortalecedor para a inclusão, a participação e capacitação destes grupos na luta pela sua identidade, dignidade e direitos.

REFERÊNCIAS

- BICHIERI, Cristina. **Norms, conventions and the power of expectations**. To appear in *Philosophy of Social Science*, N.Cartwright and E. Montuschi, eds., Oxford University Press. Fev2013.Disponível em: https://sites.sas.upenn.edu/behav-ethics/files/pss_oxford_feb.2013.pdf. Acesso em: 31 Mar. 2016.
- BONDÍA, Carlos Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Trad. João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação*. Jan/Fev/Mar/Abr. 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz, 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Dossiê Crise do Congresso**. *Revista Estudos Avançados*. V.23.2009.
- DORNELLES, José Ricardo wanderley. **O desafio da educação em direitos humanos**. In: *Cadernos Nueva América*, Rio de Janeiro, 1998. nº 78.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FOUCAULT, Michael. **Estratégias de poder**. Ediciones Paidós Ibérica, S.A: Barcelona, 1999.
- GIANNELLA, Valéria. **O nexo pesquisa-ação: qual conhecimento para que políticas?**. In: *Gestión Local del desarrollo y lucha contra la pobreza. Aportes para el fortalecimiento de la investigación y las políticas en América Latina*. Luiz Carrizo (Editor), Manoel Carbalha Edición. Montevideo, 2007.
- _____. **Epistemologia? Epistemologia pra não filósofos, guiando a ação para o tempo que vem**. Dossiê ECOTRANS: Ecologia dos saberes e Transdisciplinaridade. NUPEAT– IESA–UFG, v.5, n.1, Jan./Jun., 2015.
- TAVARES, Edilson; OLIVEIRA NETA, Vivina Machado de. **As Metodologias Integrativas como caminho na ampliação da esfera pública**. V ENAPEGS. Florianópolis, SC. 2011. p.4.
- _____. **Espaço aberto para trocas: uma oficina sobre os paradoxos da mobilização social em contextos de exclusão extrema**. Coleção Roteiros Gestão Social, v.1. Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. p.12, 13.
- LEÃO, Natália; CANDIDO, Márcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. **Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe** (GEMAA), n.1, 2017.
- PATEMAM, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1992.p.41.
- NEUBERN, Maurício S. As emoções como caminho para uma epistemologia complexa da Psicologia. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Maio-Ago 2000, Vol. 16 n. 2.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Nº48. Junho 1997.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Bases de la investigación cualitativa: técnicas e procedimientos para desarrollar la teoría fundamentada**. Trad: Eva Zimmerman. Colombia: Editorial Universidad de Antioquia, diciembre, 2002.